

Equidade de Gênero na Avaliação de Impacto Social (AIS): Reflexões acerca dos desafios do licenciamento ambiental federal das atividades petrolíferas.

Palavras-chaves: avaliação de impactos; licenciamento ambiental; equidade; gênero; pesca artesanal.

As reflexões aqui descritas têm como fito compreender a inserção das mulheres – trabalhadoras da pesca – na avaliação de impacto social, seja quando da avaliação de impacto, seja em sua inserção nas medidas mitigadoras e compensatórias. Nossas reflexões integram uma pesquisa maior que visa o aprimoramento da Avaliação de Impacto Social (AIS) diante de impactos das atividades petrolíferas sobre comunidades pesqueiras situadas na zona costeira. Financiada pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) como parte de um Termo de Ajustamento de Conduta. Nossa questão principal são os desafios acerca dos princípios estabelecidos pela International Association for Impact Assessment (IAIA) que estabelece mensurar a equidade na distribuição dos impactos. Para IAIA, nenhum grupo social ou parte dele – seja por idade, gênero, etnia, raça etc. – deve suportar impactos negativos adversos, enquanto o restante da sociedade detém os benefícios. Fundamentamos nossa pesquisa na Ecologia Política e cotejamos com a literatura sobre gênero e pesca. Nossa questão é: numa sociedade demarcada pelo desenvolvimentismo e pelo patriarcado, que historicamente desvaloriza o trabalho feminino, é possível contemplar a análise dos impactos em uma perspectiva distributiva? Como compreender a vulnerabilidade e a desigualdade no interior dos grupos sociais? A pesquisa está situada nas comunidades pesqueiras do Rio de Janeiro e está ancorada na pesquisa social qualitativa, envolvendo, análise documental e entrevistas com informantes-chaves. Foram analisados os Programas de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA BC); o Programa de Educação da Bacia de Santos (PEA BS) envolvendo os diagnósticos participativos da Baía de Guanabara e Costa Verde, os Projetos de Caracterização das Comunidades Pesqueiras da Bacia de Campos e de Santos, o Censo PESCARTE – que envolve uma pesquisa sociológica em parte dos municípios, sete Projetos de Educação Ambiental (PEA) e oito Planos de Compensação da Pesca (PCAP). Verifica-se um esforço na construção de procedimentos e diretrizes relacionados aos(as) pescadores(as) artesanais a partir de 2005 e a consolidação destes procedimentos em 2010. Contudo, mesmo os diagnósticos participativos e as caracterizações sobre as comunidades pesqueiras mais recentes são insuficientes na análise sobre gênero, com exceção do Censo Pescarte que apresenta

análises e que devem ser aprimoradas em sua próxima versão. Ao mesmo tempo, surgem as primeiras iniciativas em que as mulheres constituem-se grupo exclusivo (1 PEA e 2 PCAPs) ou parcial (2 PEAs) das medidas mitigadoras. Neste sentido, a equidade de gênero e impactos distributivos na Avaliação de Impacto Social apresenta alguns avanços, ainda que haja muitos desafios.